



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

A C Ó R D ã O Nº 95

Feito : Processo nº 396/91-TCE/ACRE
Interessado : Bel. MANOEL CAVALCANTE DE QUEIROZ,
Diretor Geral do SERDA
Relator : Conselheiro MARCILIANO REIS FLEMING
Assunto : Prestação de Contas do SERDA, exercício
de 1990.--

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO SERDA,
EXERCÍCIO DE 1990, considerada
irregular.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo nº 396/91, acima indicado, A C O R D A M, por maioria, os membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, acolher o voto do Conselheiro Hélio Saraiva de Freitas, acompanhado dos Conselheiros Isnard Bastos Barbosa Leite, José Augusto Araújo de Faria e o voto de desempate do Senhor Presidente, para considerar irregulares as Contas do SERDA, do exercício financeiro de 1990. O Senhor Conselheiro Marciliano Reis Fleming, Relator, vota vencido, pela devolução da Prestação de Contas, para reformulação do balancete e respectivos demonstrativos, no prazo de trinta (30) dias, seguido dos Conselheiros Alcides Dutra de Lima e Valmir Gomes Ribeiro.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre.

Rio Branco-Ac, 19 de setembro de 1991.--

Cons. JOSÉ EUGÊNIO DE LEÃO BRAGA,
Presidente

Cons. MARCILIANO REIS FLEMING
Relator

Cons. HÉLIO SARAIVA DE FREITAS
Voto vencedor

Fui presente:

FERNANDO DE OLIVEIRA CONDE
Procurador-Chefe do M.P.E.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

Este documento foi publicado no
 ARVU OFICIAL DO ESTADO N. 5.630

d. 03 / 10 / 11.99

Secretária do Plenário

total 199



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

PROCESSO Nº 396/91 -

RELATÓRIO:

O Senhor Conselheiro Marciliano Reis Fleming, Relator: " Embasada no Of. Serda Nº 17/91, datado de 22 de fevereiro do fluente ano, foi encaminhado a esta Corte, a Prestação de Contas do Serviço de Divulgação do Estado do Acre - SERDA, referente ao exercício de 1990.

O expediente veio acompanhado do Relatório Analítico e Demonstrativos de fls. 05/25, da gestão financeira do Órgão.

O Economista Hélio Pereira do Amaral, apresentou o Relatório de fls. 28/31, em cuja análise documental, concluiu que a Prestação de Contas apresentada pela referida entidade, está " em desacordo com os arts. 101/105, da Lei 4.320/64."

O Procurador-Chefe do Ministério Público Especial, ouvido às fls. 34/35, manifestou-se: " Pela rejeição da Prestação de Contas constante deste processo".

É o relatório."

CONCLUSÃO E VOTO:

O Senhor Conselheiro Marciliano Reis Fleming, Relator: " Em análise à presente Prestação de Contas, do exercício de 1990, do (SERDA), entendo que assiste razão do Técnico Hélio Pereira do Amaral, que no seu minucioso Relatório de fls. 28/31, evidenciou afronta aos arts. 101/105, da Lei 4.320/64, em face da forma irregular em que foi apresentada a referida Prestação de Contas para a apreciação desta Corte, cuja assertiva viu-se ratificada pelo Parecer Jurídico do eminente Procurador -Chefe do Ministério Público Especial (fls. 34/35), que opinou, sic "Pela rejeição da Prestação de Contas" constante deste Processo".

Na verdade, o Serviço de Divulgação do Estado do



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

Lei recentemente aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado, por iniciativa do Poder Executivo Estadual (os fatos notórios dispensam provas). Porém, não isenta da responsabilidade os gestores da administração, o que é óbvio.

"Dentre as entidades de Administração Pública definidas como se "Administração Indireta" - excluídas as fundações pelo Decreto-Lei nº 200 de 25.02.67, com as alterações do Decreto-Lei nº 900, de 29.09.69, destacamos as Autarquias, como aquelas que se sujeitam às normas desta, por serem consideradas de Direito Público, e como tais assim definidas: Autarquia, o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprias para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada". (Grifei) (J. Teixeira Machado Jr. Heraldo da Costa Reis, in comentário à Lei 4.320/64, 17ª Ed. p. 180/181 - IBAM - Rio, 1984).

Ao concluir, louvo-me no Relatório - Técnico, bem assim no judicioso Parecer do MPE, e voto pela devolução da presente Prestação de Contas ao Órgão de origem, para reformulação do balancete e respectivos demonstrativos, de acordo com as normas prescritas em lei, no prazo de (30) trinta dias.

É assim que voto."

VOTO VENCEDOR:

O Senhor Conselheiro Hêlio Saraiva de Freitas, designado Voto vencedor: "Ouvido o Relator do Processo Nº 396/91, de Prestação de Contas do SERDA - exercício de 1990, bem assim, Parecer do Douto Procurador-Chefe do Ministério Público Especial, Fernando de Oliveira Conde, Voto no sentido de considerar - irregular a Prestação de Contas do SERDA, exercício de 1990."

DESISSÃO:

Como se vê na papeleta de julgamento de fls. 42, a decisão é a seguinte:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

Bastos Barbosa Leite, José Augusto Araújo de Faria e o voto de desempate do Senhor Presidente, considerar irregular a prestação de contas do SERDA, exercício de 1990. o Senhor Conselheiro Marciliano Reis Fleming, Relator, vota vencido, pela devolução da presente prestação de contas ao órgão de origem, para reformulação do Balancete e respectivos demonstrativos, no prazo de 30 (trinta) dias, acompanhado pelos Conselheiros Alcides Dutra de Lima e Valmir Gomes Ribeiro".

Presidiu a sessão o Conselheiro José Eugenio de Leão Braga. Participaram do julgamento, além do Relator, os Conselheiros Alcides Dutra de Lima, Hélio Saraiva de Freitas, voto vencedor, Isnard Bastos Barbosa Leite, José Augusto Araújo de Faria e Valmir Gomes Ribeiro. Presente o representante do Ministério Público Especial, Des. Fernando de Oliveira Conde, Procurador-Chefe.

Ecilda Araújo de Freitas
Secretária do Plurário